



**XVII ENANPUR**

SÃO PAULO • 2017



# **Geografia da população em situação de rua: mudanças na distribuição espacial na cidade de São Paulo nos anos 2009 - 2014**

**Géographie des SDF: changements  
de la distribution spatiale dans la  
ville de Sao Paulo pendant les  
années 2009-2014**

*Tatiana Sanson Albuquerque, Universidade Federal do ABC,  
t.sanson@ufabc.edu.br*

## RESUMO

A população em situação de rua é um fenômeno mundial em constante crescimento, cuja presença nos espaços públicos e os conflitos decorrentes de sua ocupação têm sido alvo do apelo midiático no município de São Paulo nos últimos anos, constituindo um grande desafio para os planejadores urbanos. Uma das pautas recorrentes é o surgimento de novas áreas ocupadas por este contingente. O presente trabalho pretende analisar sua distribuição espacial com o intuito de investigar em que medida ocorrem mudanças nos padrões e de que modo ela se reconfigura no espaço nos últimos anos, mais especificamente entre 2009 e 2014. Para isso, foram utilizadas técnicas de análise espacial, como estimador de intensidade de Kernel, a partir dos dados georreferenciados das abordagens sociais a esta população durante os anos acima citados. Tendo em vista o contexto do problema, foram feitas análises considerando o total das pessoas em situação de rua abordadas e também aquelas identificadas usuárias de álcool, drogas e com transtornos mentais. Os resultados revelaram o surgimento de novos pontos de média e alta concentração, a intensificação da concentração em pontos já existentes, assim como a ampliação do contorno da distribuição espacial da população de rua no município. No entanto, ainda que ocorra uma dispersão dos pontos de concentração, o “núcleo duro” formado no centro da capital paulista permanece sem grandes alterações.

**Palavras Chave:** população em situação de rua, distribuição espacial, território.

## RESUME

La population vivant dans les rues, les dits sdf, est en permanente croissance. Sa présence dans les espaces publics et les conflits découlant de son occupation constituent, pour la ville de São Paulo, une cible avec un fort appel médiatique. Cela représente un grand défi pour les responsables de l'aménagement du territoire urbain. Un des thèmes recourants est l'apparition de nouvelles zones occupées par ce contingent. Ce travail cherche à analyser sa distribution spatiale dans le but d'étudier dans quelle mesure les changements de modèles ont lieu et de quelle manière cette distribution s'est reconfigurée au cours des dernières années, plus précisément entre 2009 et 2014. Pour ce faire, des techniques spatiales d'analyse ont été utilisées, telles que l'estimateur d'intensité de Kernel à partir des données géoréférencées des approches sociales envers cette population pendant les années ci-haut citées. Compte tenu du contexte du problème évoqué, des analyses ont été faites tout en considérant le nombre total de personnes sans domicile fixe abordées et également celles qui ont été identifiées comme usagères d'alcool, de drogues et souffrant de troubles mentaux. Les résultats ont révélé l'émergence de nouveaux points de moyenne et de haute concentration, l'intensification de la concentration dans des points existant déjà auparavant, et également l'amplification des contours de la distribution spatiale de la population vivant dans les rues de la ville. Cependant, malgré le constat d'une dispersion des points de concentration, le “noyau dur” formé dans le centre-ville de la capital pauliste ne présente pas de modifications significatives.

**Mots-clés :** sans-domicile-fixe, distribution spatiale, territoire.

## INTRODUÇÃO

O último Censo da População em Situação de Rua na cidade de São Paulo realizado em 2015 pela FIPE contabilizou 15.905 pessoas utilizando ruas, praças, calçadas, marquises, jardins, baixos de viadutos, mocós, terrenos baldios e áreas externas de imóveis, bem como centros de acolhida como lugar de pernoite. As pessoas em situação de rua estão presentes em todas as grandes cidades. Constituem um fenômeno mundial em constante crescimento, que envolve as diferentes dimensões da ação pública nas cidades. Segundo Jules Damon:

(...) a população sem domicílio fixo é um sujeito urbano, na interseção dos problemas urbanos e sociais, que condensa problemáticas urbanas, como habitação, planejamento e segurança, e sociais como assistência social, saúde, educação, integração, trabalho e transferência de renda. (DAMON, 2010)

Deste modo, sua existência está associada a inúmeros problemas urbanos e sociais, dentre eles a falta de moradia, o aumento da criminalidade, questões específicas de saúde (tratamento de dependência química, transtornos mentais e doenças decorrentes da exposição a intempéries, etc.), baixa escolaridade, qualificação profissional, desemprego, entre outros.

Na cidade de São Paulo, quase diariamente a mídia veicula notícias relacionando áreas de alta densidade de pessoas vivendo nas ruas à criminalidade, materializada no tráfico e consumo de drogas, assaltos, falta de segurança, além da degradação do entorno e descaso do poder público. Há também uma inquietação relacionada ao surgimento das chamadas “mini-cracolândias”, fenômeno decorrente de uma suposta dispersão da população em situação de rua usuária de drogas da região central para centralidades secundárias após intervenção policial na região do Projeto Nova Luz, em janeiro de 2012.

Mas em que medida ocorre esta dispersão espacial? Este trabalho pretende verificar se de fato ocorrem tais modificações espaciais na distribuição espacial da população em situação de rua na cidade no transcorrer dos anos e como este grupo social se reconfigura no espaço.

Para isso, foram utilizadas técnicas de análise espacial, mais especificamente estimador de intensidade de Kernel, que permite identificar os pontos de maior concentração. Foram utilizados os dados georreferenciados das abordagens sociais à população em situação de rua realizadas pelos Serviços Especializados de Abordagem Social<sup>1</sup> (SEAS) referente aos anos de 2009 e 2014, obtidos no SISRUA, Sistema de Atendimento ao Cidadão em Situação de Rua, da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. As análises foram realizadas considerando o total das abordagens e apenas aquelas em que a pessoa abordada estava sob efeito de drogas, álcool ou com transtornos mentais, como forma de identificar os pontos de concentração deste perfil específico, tendo em vista o contexto do problema inicialmente apresentado.

---

<sup>1</sup> Serviço referenciado ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS com a finalidade de assegurar o trabalho social de busca ativa e abordagem nas ruas, identificando nos territórios a incidência de trabalho infantil, violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, pessoas em situação de rua e outras. Deverão ser considerados todos os logradouros públicos onde se verifica a incidência de indivíduos nas condições acima, tais como praças, locais de comércio, viadutos, terminais de ônibus, trens, metrô entre outros. O serviço deve também oferecer atendimento às solicitações de munícipes. Tem como principal objetivo desencadear o processo de saída das ruas e promover o retorno familiar e comunitário, além do acesso à rede de serviços socioassistenciais e às demais políticas públicas. (PORTARIA N° 46/2010/SMADS)

A representação cartográfica dos territórios ocupados pela população em situação de rua é um dos produtos das análises espaciais. Contudo, ela não é um fim em si mesmo. A localização dos territórios por si só não permite conhecer suas condições; ela sozinha, sem clarificações ou análises, pode inclusive reduzir a complexidade do fenômeno, servir para reforçar representações negativas sobre certos bairros e até legitimar intervenções “higienistas” (ZENEIDI-HENRY, 2002b). Estudar a geografia da população em situação de rua vai além de sua representação cartográfica. Trata-se de compreender sua relação com o espaço. Neste sentido, as técnicas de estatística espacial associadas ao conhecimento já revelado sobre esta população, por meio de revisão bibliográfica, podem ser eficazes para ampliar o entendimento acerca deste público.

Deste modo, em um primeiro momento, serão discutidas algumas definições conceituais do fenômeno, tomando a noção da ONU e as discussões no Brasil, França e Estados Unidos. Em seguida, será trabalhada a relação entre população em situação de rua e território. Posteriormente, serão apresentadas as técnicas utilizadas. Por fim, à luz das discussões realizadas, serão apresentados os resultados do processo de análise espacial dos dados.

## 1 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: DO QUE SE TRATA?

Conhecer as pessoas que vivem em situação de rua não é tarefa simples. A quem se aplica essa classificação? Para esta questão não há uma única resposta. A variedade de definições está relacionada à dificuldade em conceituar o problema. Além das variações conceituais de um país para o outro, que levam em conta suas especificidades históricas, há também os debates internos, os quais serão brevemente explanados a seguir tomando a definição da ONU e os casos dos Estados Unidos, França e Brasil<sup>2</sup>.

As discussões em torno desta problemática trazem definições que podem ser classificadas como “restritivas” ou “inclusivas”. A definição restritiva clássica formulada por Wodon (1999) considera “homeless<sup>3</sup>” quem vive nas ruas ou em albergues, seguindo a classificação de “homeless literal”, que vive nas ruas e “homeless abrigado”, que vive em abrigos. (RUKMANA, 2006)

Um exemplo de definição “inclusiva” é a adotada pela ONU, que considera “homeless” não somente os indivíduos e famílias que vivem nas ruas ou abrigos, mas aqueles sem acesso à habitação seguindo o critério de “padrão de vida adequado” (ocupação segura, proteção contra o mau tempo, segurança pessoal, acesso a instalações sanitárias e água potável, educação, trabalho e serviços de saúde). Sua definição leva em consideração as dinâmicas da “homelessness” na medida em que identifica na situação de habitação inadequada o risco para tornar-se “homeless”. A ONU também classifica temporalmente esta situação de vida, que pode ser temporária (sem alojamento por período relativamente curto, por exemplo, perda da residência devido a desastre natural, separação, perda de emprego), periódica (perda da residência por prisão, internação, situação de violência – mulheres, crianças e adolescentes) ou permanente (uso de drogas, álcool, problemas de saúde mental).

No caso dos Estados Unidos, o Department of Housing and Urban Development (HUD), inclui, além das situações mencionadas por Wodon, pessoas vivendo em hotéis de bem-estar e pessoas institucionalizadas, indicando tanto critérios de habitação não-apropriada como critérios

<sup>2</sup> A escolha de Estados Unidos e França se deu pelo destaque na produção teórica e aprofundamento sobre o tema desde a década de 1980. No caso do Brasil, a escolha se deu por motivos óbvios.

<sup>3</sup> Optou-se por manter os termos em idioma original por trazerem consigo a história do conceito.

temporais para considerar alguém “homeless”. Esta noção pode ser classificada como “inclusiva” ao passo que abarca outras possibilidades de “homelessness”. O grau de detalhamento que veremos a seguir se deve ao seu caráter prático: definir quem está apto a participar dos programas sociais voltados para este público. A HUD considera quatro tipos de “homeless”:

1- Indivíduo ou família sem moradia fixa, regular, noturna e adequada, dormindo em lugares públicos ou privados não designados para uso regular humano, incluindo carro, parque, imóveis abandonados, estações de trem ou ônibus, aeroporto ou camping; indivíduo ou família vivendo em albergues públicos ou particulares designados para prover abrigo temporário (incluindo abrigos, lares transitórios e hotéis pagos por organizações de caridade ou pelos programas governamentais para pessoas de baixa-renda); indivíduo vivendo em instituições (saúde, saúde mental, prisão) por 90 dias ou menos e que residiu em abrigo de emergência ou lugar não previsto para habitação humana imediatamente antes de adentrar a instituição;

2- Indivíduo ou família cuja residência noturna será perdida em até 14 dias a partir da data do pedido de assistência para desabrigados sem a identificação de nova residência e que não haja recursos ou redes de apoio (família, amigos, ou outras redes sociais) necessários para obtenção de outra habitação permanente;

3- Jovens sozinhos com menos de 25 anos, ou famílias com crianças e jovens sem renda ou habitação permanente em qualquer momento nos últimos 60 dias anteriores à data do pedido de assistência para abrigo; com instabilidade persistente medida por dois ou mais movimentos nos últimos 60 dias anteriores à data do pedido de assistência para abrigo; e com expectativa de continuar em tal estado por prolongado período de tempo devido a deficiências crônicas; saúde física crônica ou problemas de saúde mental; dependência química; histórias de violência doméstica ou abuso infantil (incluindo negligência); a presença de uma criança ou jovem com deficiência; ou dois ou mais obstáculos ao emprego, que incluem a falta de um diploma do ensino médio, o analfabetismo, a baixa proficiência em inglês, uma história de encarceramento ou detenção da atividade criminosa, e uma história de emprego instável ou;

4- Indivíduo ou família fugindo ou tentando fugir de violência doméstica, violência no relacionamento, agressão sexual, perseguição ou outras condições de perigo, risco de vida relacionadas à violência contra um indivíduo ou membro da família, incluindo criança, que faça com que tenha medo de retornar para sua residência e não tenha outra residência nem recursos ou redes de apoio como família, amigos e outras redes sociais para obter uma nova habitação. (DEPARTMENT OF HOUSING AND URBAN DEVELOPMENT, 2011; tradução nossa, grifo nosso)

A definição acima contempla tanto situações em que a “homelessness” já está estabelecida (tipos 1 e 3) quanto situações em que o indivíduo ou família encontram-se em vias de se tornar “homeless” (2, 3 e 4). Ou seja, nesta noção está presente o caráter preventivo da falta de moradia. Também contempla situações de vulnerabilidade e risco de vida que vão além da falta de recursos materiais (3 e 4). Contudo, situações de habitação precária, como pessoas ou famílias vivendo na casa de familiares ou amigos, assim como em imóveis sem registro, deteriorados, sem água ou aquecimento não são contempladas.

O censo da população “homeless” é feito anualmente nos Estados Unidos pelos municípios com potencial para mais de 50.000 pessoas nessas condições, usando metodologia “Point in-Time<sup>4</sup>”. Seguindo esta última definição, são contadas as pessoas “vivendo nas ruas, em abrigos de emergência para indivíduos ou famílias, em programas de violência doméstica, em instituições de saúde mental ou recuperação do abuso de drogas, casas transitórias e programas especializados para jovens “homeless” e veteranos<sup>5</sup>.”

Na França, Maryse Marpsat (2008) categorizou as discussões sobre a definição das pessoas “sans-domicile” em dois tipos: uma definição “teórica”, fundada na noção multidimensional da exclusão (ou das desigualdades), levando em consideração a falta de moradia e os aspectos psicossociais; e outra definição “operacional” para o estabelecimento e análise de dados numéricos, fundada apenas na situação de moradia.

Dentro da vertente “teórica”, sociólogos e antropólogos desempenharam papel fundamental na pesquisa desta questão, financiados pelo Plan Urbain<sup>6</sup>. Suas pesquisas foram importantes para embasar os trabalhos estatísticos posteriores do Ined<sup>7</sup> e Insee<sup>8</sup>. Estes estudos revelaram que, ainda que possuindo o traço comum da falta de moradia, havia grande diversidade interna entre os sem-domicílio, que iam desde “clochards<sup>9</sup>” a egressos do sistema prisional, jovens em centros de acolhida e reinserção social, homens em trânsito de uma cidade para outra, etc. Estes trabalhos ajudaram a enriquecer o conhecimento sobre a categoria.

A definição “operacional” foi construída a partir de 1993, dada a demanda de dados estatísticos pelos administradores públicos e pela imprensa. Neste ano, o tema ganha especial visibilidade graças a uma onda de frio que acomete a França (DAMON, 2010). A partir da classificação de situações de alojamento descritas em quatro dimensões que podem ser combinadas e hierarquizadas (tipo de habitação - apartamento, quarto de hotel, cama em centro coletivo, etc; status da ocupação; qualidade da habitação e seus elementos de conforto - compreendendo o acesso a um ponto de água; estabilidade/ instabilidade no sentido temporal), é elaborada a definição que será utilizada nas estatísticas publicadas pelo Ined e pelo Insee:

Uma pessoa é então dita sem domicílio se ela dorme em lugar não previsto para habitação ou se ela recebe apoio de algum organismo que forneça alojamento gratuito ou à baixa participação. Estes organismos podem fornecer lugares em estruturas coletivas, quartos em hotel ou apartamentos comuns. Estas acomodações podem ser oferecidas por diferentes períodos: de uma noite a algumas horas, semanas ou meses. (BROUSSE et al., 2006 – Apud MARPSAT, 2009:53 – tradução nossa).

Sendo considerados lugares não-previstos para habitação:

<sup>4</sup> Em linhas gerais, nesta metodologia o campo é realizado no menor número possível de dias com a intenção de produzir uma espécie de registro fotográfico da população, evitando assim a contagem dupla de indivíduos. Equipes de pesquisadores fazem uma “varredura” nos espaços que costumam ser frequentadas pelos “homeless”, além da contagem nas instituições.

<sup>5</sup> City of Boston Homeless Census, 2013-2014.

<sup>6</sup> Serviço de pesquisa do Ministère de l'Équipement, criado em 1984.

<sup>7</sup> Institut National d'Études Démographiques.

<sup>8</sup> Institut National de la Statistique et des Études Économiques.

<sup>9</sup> A palavra “clochard” vem de “cloche”, que significa “pessoa incapaz”. O “clochard” pode ser definido como uma figura folclórica das cidades, homem ou mulher que leva uma vida de ociosidade e mendicância e recusa os constrangimentos sociais.

(...) porão, estacionamento, sótão, cabana, carro, barco, fábrica, escritório, armazém, partes comuns de um complexo residencial; ruínas, locais de construção, caverna, tenda; estação de metro, corredores de centros comerciais; rua, ponte, parque de estacionamento, jardim público, área ferroviária. (MARPSAT, 2009:53 - tradução nossa)

Para efeitos de pesquisa, foi acrescentada a dimensão temporal:

Uma pessoa será considerada sem-domicílio um dia se, na noite anterior, ela se enquadrar em alguma das duas seguintes situações: se ela recorreu a um serviço de hospedagem, ou se dormiu em um lugar que não foi concebido para habitação (rua, abrigo improvisado). (Idem)

Também em 1993, a sigla SDF (“sans-domicile-fixe”) é adotada pela imprensa para designar o fenômeno. Não se trata de uma nova denominação, dada a existência anterior em arquivos jurídicos para denominar a população cigana (ZENEIDI-HENRY, 2002b). Ela é citada 156 vezes em notícias deste ano, contra 3 no ano anterior (DAMON, 2010). Seu uso também é controverso: alguns autores a adotam por contemplar também a mobilidade além da ausência de alojamento, outros optam por manter o uso do “sans-domicile” por considerarem-na fruto de um efeito mediatizado. (MARPSAT, 2008).

Para identificação da categoria dos “mal-logés” (mal-alojados) ou “sans-abri invisibles”, que inclui pessoas vivendo em habitações precárias e/ou na casa de amigos/ parentes por falta de recursos, não contemplada na definição de “sans-domicile”, foram incluídas questões no questionário de pesquisa domiciliar.

No Brasil, os estudos sobre esta população também iniciam-se ao final da década de 1970. Neste primeiro momento, assim como na França, são de abordagem qualitativa/ etnográfica.

Marie-Ghislaine Stoffels (1977) ao fazer uma etnografia sobre os “mendigos na cidade de São Paulo” traz relevantes contribuições sobre as relações estabelecidas entre essa população e o espaço público. Apesar da utilização do superado termo “mendigo”, suas análises são importantes para entender o fenômeno até os dias atuais. Segundo ela, população de rua pode ser caracterizada como:

[população que] (...) tenta estabelecer território próprio num espaço determinado para uso comum, a fim de exercer seu trabalho, pedido ou convivência específica. Esta tentativa é realizada (...) de várias maneiras: 1) um só lugar, funcionando como único local de trabalho ou habitat total; 2) vários lugares, funcionando como locais de trabalho múltiplos ou habitat dividido; 3) o território apropriado – em caráter de habitat total ou dividido, ou como configuração única ou parcelada de locais de trabalho – inserido no meio ambiente global (de uso público): utilização do espaço urbano como lugar de festa e área de comunicação com outros indivíduos, mendigos ou não (...) (STOFFELS, 1977:144)

Stoffels afirma que, para a garantia de sua sobrevivência, alguns grupos de pessoas em situação de rua tendem a circular pelo espaço urbano, enquanto outros ficam restritos a pontos ou áreas específicas. Há também espaços divididos e disputados, com fronteiras estabelecidas entre grupos e indivíduos isolados; existem ainda áreas onde as disputas são suprimidas em nome do uso coletivo para momentos de confraternização ou garantia de segurança. Nesta abordagem nota-se a centralidade do tema territorialização.

Em 1989, especulava-se sobre a existência de 10.000 pessoas vivendo nas ruas de São Paulo. Em 1991, no contexto da necessidade mundial de contagem deste contingente, a então Secretaria de Bem-Estar Social do Município de São Paulo organizou a contagem por observação nos pontos de pernoite. Esta ação, que preconizou os censos da população de rua na cidade, contabilizou 3.392 indivíduos. (FRANGELLA, 2004:80).

Em 1994 a mesma Secretaria conduziu uma nova pesquisa que envolveu além da contagem da população de rua, uma análise de suas características socioeconômicas e formas utilizadas para sua sobrevivência. Neste estudo, foi considerado população de rua o segmento que “sem trabalho e sem casa, utiliza a rua como espaço de sobrevivência e moradia” (VIEIRA, BEZERRA, ROSA, 1994). Consistiu em um levantamento exploratório que não contou toda a cidade, mas apenas as subprefeituras (na época “regionais”) da Sé, Lapa, Pinheiros, Mooca, Penha, Ipiranga, Vila Mariana e Santana, ou seja, o centro expandido, onde essa população historicamente tem se concentrado.

A partir deste estudo, que foi um marco na produção de conhecimento sobre este público, Vieira explicitou três dimensões que qualificam a discussão sobre o assunto: ficar, estar e ser da rua. Os que “ficam” na rua experimentam-na de forma pontual (por exemplo, a perda de ônibus no retorno para casa) ou com possibilidades de continuidade (pessoas que saem de casa por desavença ou situação de violência), mas mantém relações sociais fortemente vinculadas com a família ou comunidade original. Os que “estão” na rua transitam entre serviços de acolhida, moradias provisórias de parentes, trabalho ou hotéis e pensões e apresentam laços sociais não restritos aos companheiros de rua, transitando amplamente pelo espaço urbano. Por fim, há os que “são” da rua há mais tempo: suas relações e laços de amizade e solidariedade com pessoas na mesma condição estão mais consolidados e, em geral, vinculados a um local de referência. Observa a territorialização e considera a temporalidade (tempo de permanência na rua).

Nos censos posteriores, realizados em 2000, 2009, 2011 a população em situação de rua foi entendida como:

Segmento de baixíssima renda que, por contingência temporária ou de forma permanente, pernoita nos logradouros da cidade – praças, calçadas, marquises, jardins, baixos de viaduto – ou em locais abandonados, terrenos baldios, áreas externas de imóveis. São considerados ainda os que, sem moradia, pernoitam em albergues ou abrigos.

Em Porto Alegre:

Conjunto não homogêneo de indivíduos que utilizam as ruas, praças e outros espaços públicos para sua existência ou habitação de forma permanente, eventual ou intermitente e/ou fazem uso de abrigos e albergues destinados ao seu acolhimento, mesmo que eventualmente.

Nas duas capitais, as situações de pernoite nas ruas ou em serviços de acolhimento estão presentes.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, conforme Decreto Nº 7.053 de 23 de Dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, também considera a heterogeneidade de perfis, a condição de pobreza extrema e, principalmente, a fragilização de vínculos, não prevista nas concepções gaúcha e paulista. As relações com o território e o período de vivência estão implícitas quando utilizado o termo “em situação de”, pois compreende a temporalidade e a possibilidade de superação ou mudança de condição:

(...) considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

A metodologia adotada a partir de 2000 nos censos para a cidade de São Paulo se assemelha à norte-americana na medida em que busca fazer um retrato fotográfico da população, evitando a dupla contagem.

Conforme visto, no caso brasileiro utiliza-se o conceito “restrito”, ou seja, considera-se apenas as situações em que a rua e o albergue já são realidade, e não as em que a pessoa está em vias de ir para a rua como no caso americano, ou situações de habitação precária, como no caso francês. Caso esta última fosse considerada, teríamos pelo menos quatro milhões de “sem-domicílio” (pessoas vivendo em cortiços e favelas) no lugar de 15.905.

## 2 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E TERRITÓRIO

A população que vive nas e das ruas encontra no espaço público sua última possibilidade de sobrevivência. A rua se coloca como o último espaço possível para o último estágio da pobreza. Por não pertencer a ninguém, o espaço público se permite apropriar. Contudo, isso não ocorre sem questionamentos. Sua presença gera tensões e conflitos; sua apropriação passa por relações de poder. Forças impedem a permanência destas realidades socioterritoriais: comerciantes alegam a diminuição do movimento e o Estado age de modo violento com políticas “higienistas” de ordenamento territorial urbano (ZENEIDI-HENRY, 2002b; ROBAINA, 2010).

A população em situação de rua ressignifica as configurações socioespaciais do espaço urbano, criando territorialidades. Transforma o espaço público, precário, vulnerável e instável em lar; reconfigura locais de passagem em abrigo. Sua relação com o espaço urbano é marcada pela “interferência recíproca entre ambos”. Ao mesmo tempo em que sofre influência do espaço urbano na forma como se aglomera e como obtém sua subsistência, imprime suas marcas na cidade. Por meio da apropriação de determinados territórios, compõe a paisagem urbana, dissolvendo as fronteiras estabelecidas entre o público e o privado. Pela emergência de seus territórios observa-se a externalização do privado e a internalização do público (ROBAINA, 2010; LUCENA, 2013; ZENEIDI-HENRY, 2002b).

Ela é um ator estruturante do território na medida em que, neste processo de apropriação privada do espaço público, gera descontinuidades espaciais. Os territórios ocupados passam a ser evitados, resultando em uma outra expressão da fragmentação urbana que, para além da configuração dos domicílios, toma o corpo como instrumento constituinte do espaço (ZENEIDI-HENRY, 2002).

Como grupo marginalizado, vive em “territórios elásticos” em constante expansão e contração conforme as perseguições e riscos iminentes. Alguns são pontos permanentes, parte da paisagem

urbana há mais tempo, enquanto outros são mais recentes. Os territórios ocupados por esta população podem também ser chamados “em movimento” ou “flexíveis”, ou ainda “efêmeros” (MATOS e RIBEIRO, 2005; ZENEIDI-HENRY, 2002b).

As centralidades aparentam ser um elemento de atração para a ocupação por este público. O centro da cidade é o local tradicionalmente investido por esta população, seja em São Paulo, Nova Iorque, Paris, Bordeaux, Montreal ou Tóquio. A concentração de atividades comerciais favorece a rotina dos moradores de rua ao passo que, atraindo consumidores, possibilita seu contato com indivíduos de diferentes segmentos sociais. Ao mesmo tempo, dado o baixo fluxo de pessoas no período noturno, garante a segurança no pernoite. No caso de São Paulo, a região central também se mostra atrativa devido à ampla oferta de material para reciclagem, fonte de renda de parte desta população (ZENEIDI-HENRY, 2002b; LUCENA, 2013; SCHOR, ARTES e BOMFIM, 2003).

J.S. Bordreuil (1992) faz uma relação entre corpos degradados e espaços degradados ao analisar o problema nos Estados Unidos. O abandono de si é um traço que faz parte da trajetória das pessoas em situação de rua, e corresponderia ao abandono da cidade por ela mesma. Na cidade de São Paulo, esta abordagem faz sentido principalmente quando observada a região da Luz, mais especificamente onde localiza-se a chamada “cracolândia”.

### 3 SOBRE OS MÉTODOS E OS DADOS

O objetivo deste trabalho é compreender em que medida ocorrem as mudanças na distribuição espacial da população em situação de rua anunciadas pela mídia na cidade de São Paulo e de que modo este grupo se reconfigura no espaço. Como estratégia para alcançá-lo, foram utilizadas técnicas de análise espacial, mais especificamente estimador de intensidade de Kernel.

O método de estimador de intensidade de Kernel consiste em uma técnica de interpolação não-paramétrica que transforma a distribuição de pontos em uma superfície de densidade para a identificação visual da ocorrência de concentrações de um evento. Ela indica tanto os locais de aglomeração (clusters), caso existam, como a forma como os dados se distribuem na área. (BAILEY & GATRELL, 1995).

A função conta todos os pontos em um raio de influência, ponderando-os pela distância de cada um à localização de interesse. Com isso, gera uma superfície cujo valor é proporcional à intensidade de eventos por unidade de área. Sendo um interpolador, possibilita a estimação da intensidade do evento em toda a área, mesmo nas regiões onde o processo não tenha gerado nenhuma ocorrência real (CARVALHO E CÂMARA, 2004).

Ela depende de dois parâmetros: raio de influência, que define uma vizinhança de pontos e função de estimação Kernel  $k$ , com propriedades de suavização do fenômeno. Há mais de um tipo de função de interpolação  $k$ : normal, uniforme, quártico, triangular e de exponencial negativo. A diferença entre eles é a forma como atribuem pesos para os pontos dentro do raio usado para a estimação da intensidade na área. A função de tipo normal atribui maior peso aos pontos mais próximos se comparados aos mais afastados dentro do raio de influência. A uniforme pesa todos os pontos dentro do círculo de forma igual. A quártica atribui maior peso aos pontos mais próximos e menor peso aos pontos mais distantes, mas com decréscimo gradual. A triangular

atribui maior peso aos pontos mais próximos e menor aos pontos mais distantes, mas o decréscimo é mais rápido. A função exponencial negativa pesa os pontos próximos muito mais intensamente do que pontos distantes (LEVINE, 2004).

Neste trabalho, foi utilizado o método de estimador de intensidade de Kernel quártico, com largura de banda (raio de influência) de 1.000 metros.

A técnica foi aplicada aos dados das abordagens à população em situação de rua efetuadas pelos SEAS, cujas informações são diariamente registradas no SISRUA. Nesta pesquisa, foram trabalhados apenas os dados de 2009 e 2014, com o intuito de verificar a diferença entre os dois períodos. Os anos intermediários (2010, 2011, 2012 e 2013) não foram analisados neste momento.

As informações referentes às abordagens ocorridas nos anos de 2009 e 2014 foram extraídas do SISRUA, constituindo dois bancos de dados contendo as informações da pessoa abordada (sexo, idade, situação de saúde, estado civil, naturalidade e nacionalidade; motivo de estar na rua, aceitação ou recusa de acolhimento, motivo da recusa e endereço da abordagem). A partir do endereço, cada evento foi georreferenciado, ou seja, foram atribuídas coordenadas geográficas (latitude e longitude). Neste processo, utilizou-se a base de logradouros da região metropolitana de São Paulo disponibilizada pelo CEM – Cebrap. Este processo foi realizado no software *Maptitude*. As demais variáveis foram codificadas para fins de análise estatística. O resultado foi de 73.011 abordagens localizadas em 2009 e 159.852 abordagens localizadas em 2014. Cabe salientar que a unidade trabalhada neste estudo é a abordagem, e não o número de pessoas. Cada pessoa pode ser abordada mais de uma vez. Tendo em vista que o objetivo não é quantificar o número de indivíduos utilizando as ruas como espaço de moradia e sobrevivência, mas sim identificar os lugares territorializados por esta população, entende-se que, devido à coleta diária, os dados do SISRUA são mais sensíveis à captura da “elasticidade” e “efemeridade” destes territórios. Assim, foram privilegiados em relação aos do censo da população de rua. As superfícies de densidade foram construídas no software Qgis.

## RESULTADOS

Considerando o total das abordagens, em 2009 (figura 1) é possível identificar 4 concentrações principais, compreendendo as subprefeituras Sé, Santana, Santo Amaro e Mooca. Observa-se também pequenos pontos de alta densidade em Pinheiros e Lapa, além de pontos de média densidade no centro expandido.

Já em 2014 (figura 2), além das grandes concentrações na Sé, Santana e Santo Amaro, há uma expansão do *hotspot* da Lapa. Santo Amaro também passa a ter 3 pontos, um na divisa com Pinheiros e outro na divisa com Jabaquara e Cidade Ademar, além do já existente em 2009 na região do Largo 13, importante ponto comercial da cidade. Surgem também novos *hotspots* menores na Mooca, na porção ao norte de Santana e em Guaianases, extremo leste de São Paulo. Surgem novos pontos de média concentração em todas as regiões. Na porção sul do município, estão localizados em Campo Limpo, M’Boi Mirim, Capela do Socorro e Cidade Ademar; na porção oeste, Butantã; na norte, Pirituba, Freguesia do Ó, Casa Verde, Jaçanã, Vila Maria; na leste, Penha, Aricanduva, Itaquera, São Miguel, Itaim Paulista e Vila Prudente. Há também pontos de baixa concentração em Cidade Tiradentes, Sapopemba e São Mateus. Por outro lado, ocorre uma retração nos pontos de Pinheiros.

Considerando apenas as abordagens em que as pessoas estavam sob efeito de drogas, 2009 contava apenas com um hotspot, localizado na Sé (região da “cracolândia”).

Em 2014 há uma visível ampliação dos hotspots, que para além da Sé aparecem em Santana e na divisa entre Jabaquara, Vila Mariana e Santo Amaro. Observa-se também vários pontos de média e baixa concentração, principalmente na Lapa, Santo Amaro, Campo Limpo e Itaim Paulista (figura 4).

Figura 1. Densidade das Abordagens à População em Situação de Rua, 2009

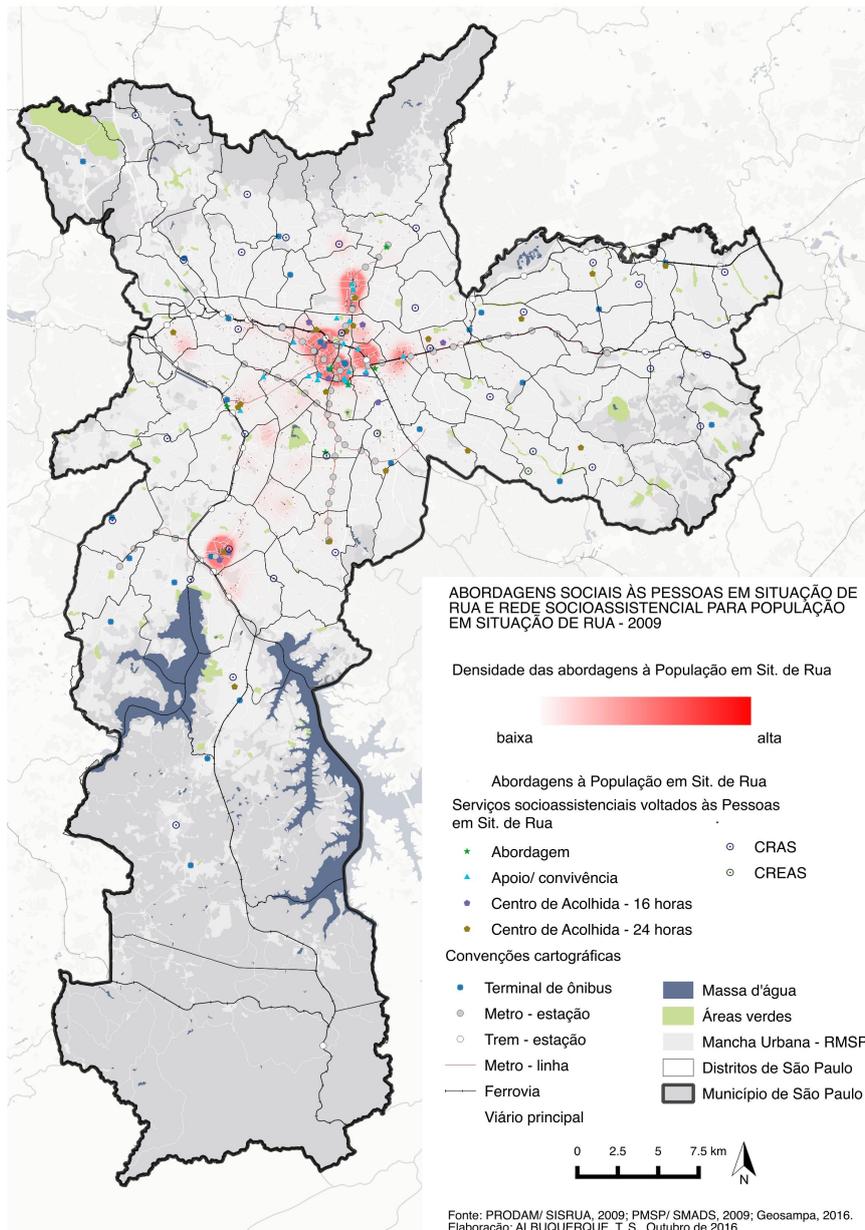


Figura 2. Densidade das Abordagens à População em Situação de Rua, 2014

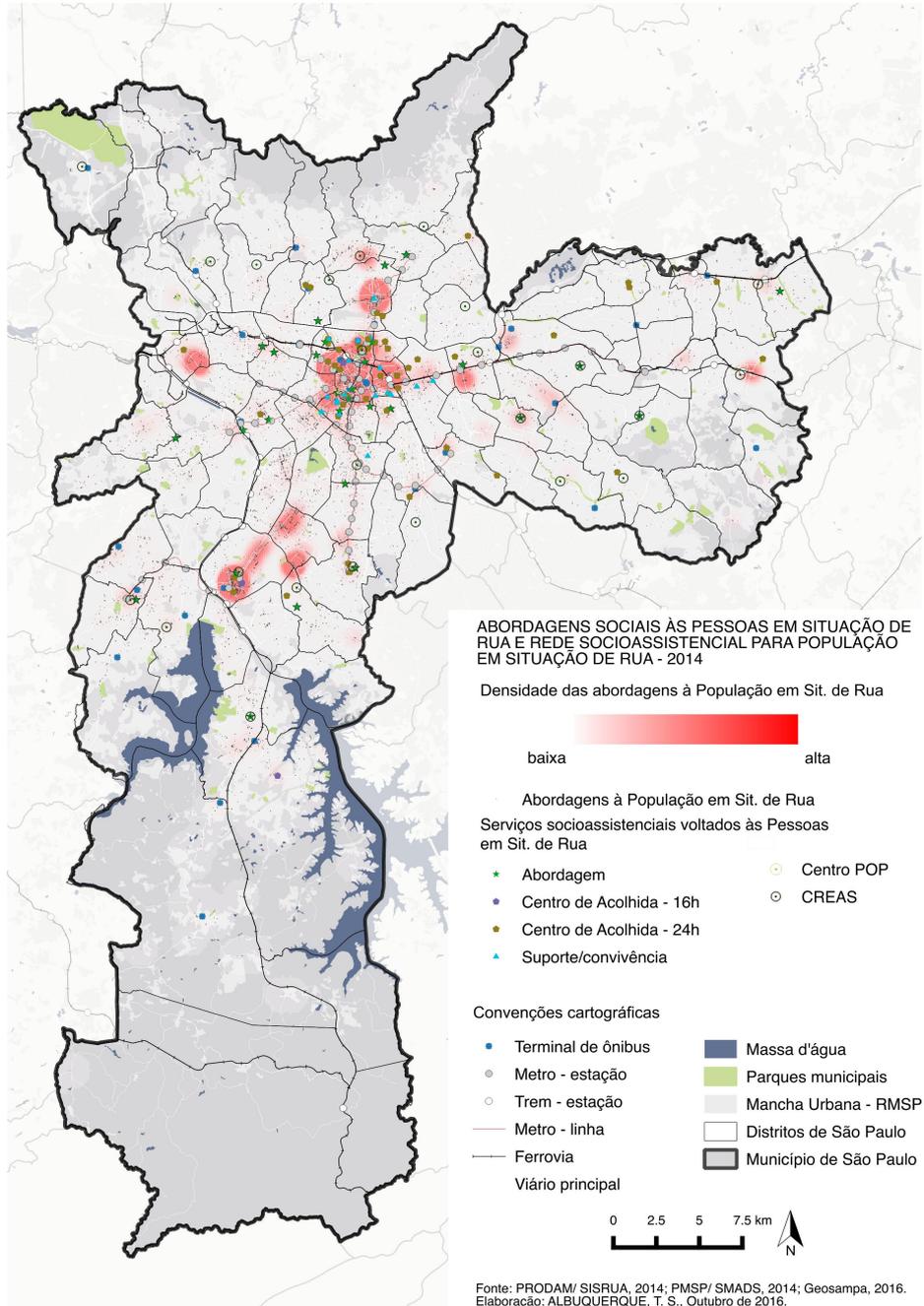


Figura 3. Densidade das Abordagens à População em Situação de Rua perfil "ADM, 2009

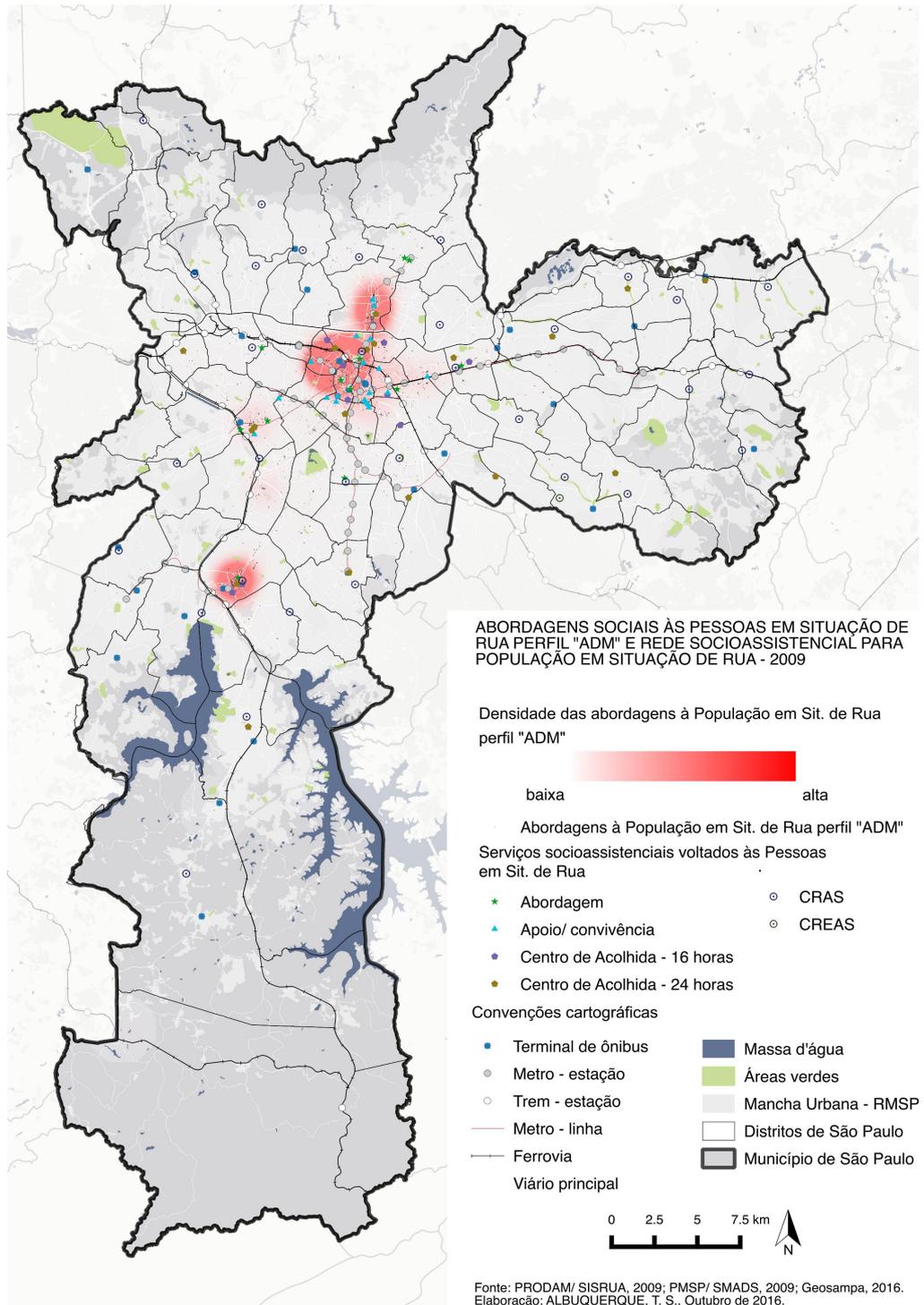
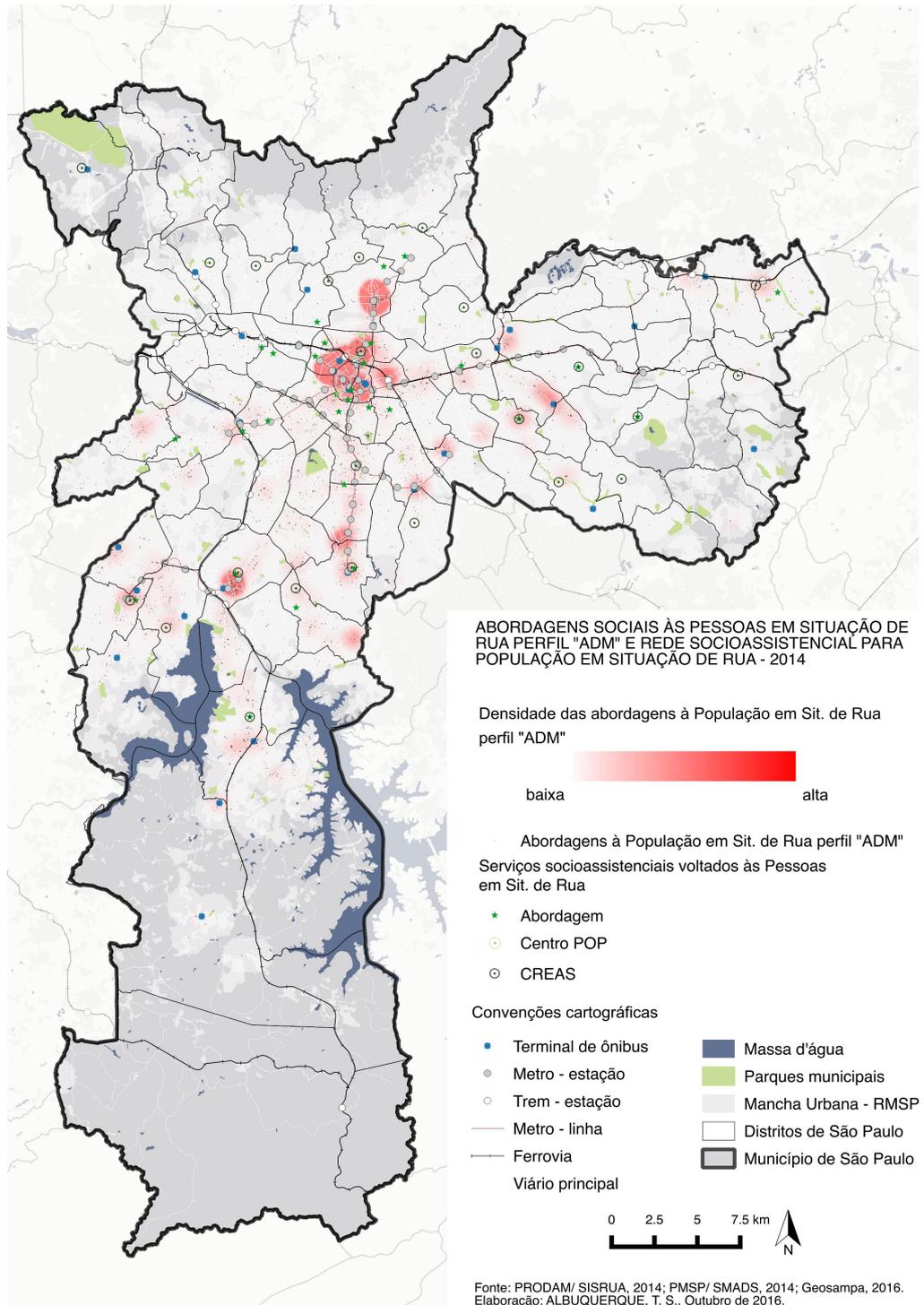


Figura 4. Densidade das Abordagens à População em Situação de Rua perfil "ADM, 2014



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já dito, conhecer a população em situação de rua não é tarefa simples. A variedade de conceitos está relacionada à dificuldade de definir um segmento tão heterogêneo. A falta de consenso implica na impossibilidade comparativa, na subestimação da gravidade do problema e na ineficácia de políticas desenvolvidas para superá-lo ou amenizá-lo.

Sua relação com o espaço urbano se dá por meio da apropriação privada do espaço público, que não ocorre sem questionamentos. O surgimento de novos pontos de concentração tem preocupado moradores, comerciantes e planejadores urbanos.

As análises espaciais conduzidas permitiram identificar o surgimento de novas áreas ocupadas por esta população, a intensificação de áreas já existentes, bem como a suavização de áreas intensamente ocupadas em 2009.

Observa-se uma dispersão concentrada da população em situação de rua, considerando principalmente a região leste da cidade. As novas concentrações se dão próximas a locais de passagem, como estações de trem e de metrô. Os pontos de média concentração em Pinheiros diminuem. Por outro lado, a concentração na Sé, região central dotada de um maior número de serviços socioassistenciais para esta população, além de amplo comércio e circulação de pessoas, prevalece, configurando a principal aglomeração, tanto em 2009 como em 2014.

Considerando apenas as pessoas sob efeito de drogas durante as abordagens, a dispersão também se dá de forma acentuada. Se em 2009 a região da “cracolândia” consistia em um único *hotspot*, em 2014 observa-se a ampliação do fenômeno, com a formação de um grande *cluster* em Santana e agrupamentos de médio porte em todas as regiões da cidade, coincidindo com estações de trem, metrô, e espacialmente terminais de ônibus.

As razões das mudanças na distribuição espacial da população em situação de rua não foram objeto de investigação deste trabalho. Contudo, é importante compreendê-las levando em conta as políticas que atingem este grupo social, sejam ações de requalificação, que expulsam os mais pobres das regiões centrais degradadas, ou ações de acolhimento via serviços socioassistenciais localizados não coincidentemente nas regiões periféricas da cidade. As políticas de cunho “higienista” têm se mostrado ineficazes no tratamento desta questão, ampliando a exclusão e os contornos do problema no município São Paulo nos últimos anos, como observado.

## REFERÊNCIAS

- BERTOLLA, J.M.; KAWAMOTO, M.T.; FALCÃO, J.G.; TANDEL, M.C.; GOVONE, J.S. Processos Pontuais Aplicados ao Estudo da Distribuição Espacial de Enfermidades na Área Urbana da Cidade de Rio Claro, SP. Revista da Estatística UFOP, Vol III, 2014.
- BORDREUIL, J.S. Hommes à la rue aux États-Unis. Les Annales de la Recherche Urbaine, 57-58. 1992.
- BRASIL. Decreto Nº 7053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. In: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm).

- CAMARA, G.; CARVALHO, M.S. Análise Espacial de Eventos. In: Análise Espacial de Dados Geográficos. Brasília, EMBRAPA, 2004.
- DAMON, J. Questions sociales et questions urbaines. Paris: PUF, 2010.
- DEPARTMENT OF HOUSING AND URBAN DEVELOPMENT. Homeless Emergency Assistance and Rapid Transition to Housing: Defining "Homeless". 75994 Federal Register - Vol. 76, No. 233 - Rules and Regulations, 2011.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – FIPE. Censo da População em Situação de Rua na Cidade de São Paulo – 2015. São Paulo: FIPE/SMADS, 2015. Disponível em: [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia\\_social/observatorio\\_social/2015/censo/FIPE\\_smads\\_CENSO\\_2015\\_coletivafinal.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/observatorio_social/2015/censo/FIPE_smads_CENSO_2015_coletivafinal.pdf)
- FRANGELLA, S. M. Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. 2004. 361f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2004.
- LEVINE, N. CrimeStat III – A Spatial Statistics Program for the Analysis of Crime Incident Locations. The National Institute of Justice. Washington D.C., 2004.
- LUCENA, W.L. Território de exclusão: a distribuição espacial da população de rua do centro de Patos/PB. Cadernos do Logepa v. 8, n. 1-2, p. 103-126, jan./dez. 2013.
- MARPSAT, M. L'enquête de l'Insee sur les sans-domicile: quelques éléments historiques. Courrier des statistiques n° 123, janvier-avril 2008.
- \_\_\_\_\_. Les définitions des sans-domicile en Europe: convergences et divergences. Courrier des statistiques n° 126, p. 53-64, janvier-avril 2009.
- MATOS, R.B., RIBEIRO, M.A.C. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Geografia. v.59, no1, Jan-Jun. Rio de Janeiro, 2005.
- PORTARIA N° 46/2010/SMADS. Dispõe sobre a tipificação da rede socioassistencial do município de São Paulo e a regulação de parceria operada por meio de convênios. São Paulo, 2010.
- ROBAINA, I.M.M. As Populações de Rua nas Grandes Metrôpoles: Reflexões Sobre Tensões, Conflitos e Territorialidades nos Espaços Públicos. Tamoios. Ano VI. No 2, 2010.
- RUKMANA, D. The Spatial Origins of the Homeless: How the Homeless Vary in Their Geographic Distribution. 2006. Electronic Theses, Treatises and Dissertations. Paper 1935. <http://diginole.lib.fsu.edu/etd/1935>
- SCHOR, S.M., ARTES, R., BOMFIM V.C. Determinants of spatial distribution of street people in the city of São Paulo. Urban Affairs Review 38: 592-602, 2003.
- STOFFELS, M. Os mendigos na cidade de São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- VIERA, M., BEZERRA, E.M.R., ROSA, C.M.M. (Orgs.). População de rua: quem é? Como vive? Como é vista? São Paulo: Hucitec, 1994.

ZENEIDI-HENRY, D. Les sans domicile fixe, condition d'exclus et experience urbaine. RÉSO – Université Rennes II, 2002.

\_\_\_\_\_. Les SDF et la ville: géographie du savoir-survivre. Bréal, 2002.